

## TEMPOS DE UMA ESMOLINHA PELO AMOR DE DEUS

Rafaella de Sousa Teles<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo visa uma imersão em memórias tristes de infâncias desfavorecidas economicamente. Busca cartografar diferentes momentos de enunciação da expressão uma esmolinha pelo amor de Deus. Para tanto, essa escrita traz um esforço de desnaturalização de misérias econômica, política, e social, a partir de leituras que trago da infância vivida no semiárido paraibano na década de 1990, passando pela historicidade das transições governamentais que alteraram e chegaram a retirar o Brasil do mapa da fome e, em tempos imediatos, fantasmagoricamente, tem feito ressurgir em portas alheias essa frase, denunciando misérias que o país parecia ter superado. Sendo assim, por meio de diferentes olhares e áreas, articuladas e preocupadas com o retorno da fome, do desemprego e do aumento da desigualdade social, esse texto visa colocar em questão a natureza desses tempos difíceis.

**Palavras-chave:** Misérias, infâncias e desnaturalização.

### Introdução

Duas cenas eram parte das paisagens por onde passei durante minha infância e adolescência. Se repetiam, e pareciam inseparáveis. A essas, ora assistia, ora interagia, da porta da casa em que morei, *na rua da praça* de Cubati-PB<sup>2</sup>. Nesse espaço central, palco da atividade de pedintes, que aos muitos e dia a dia batiam a porta, geralmente após horário de almoço se ouvia ecoar a seguinte fala: “me dê uma esmolinha pelo amor de Deus [...]”. Por vezes, enquanto pediam comida da calçada, assistiam junto ao coletivo a segunda cena que me marcou profundamente, leia-se, os *enterros de anjinhos*, a representação real da fome, da desnutrição, das misérias e, da alta mortalidade infantil que até o início desse século era alarmante, infelizmente, não apenas naquele cenário.

Ao imergir nessas memórias tristes e necessárias, para que pelas lembranças (RICOEUR, 2007) não sejam permitidas a reprodução dessas lógicas sociais, menos ainda em um momento geracional tão rico como a infância, em que a capacidade de aprender soa mais

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pelo doutorado Interinstitucional DINTER USP/UFCG. Universidade de São Paulo e Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: rafaellasousa@usp.br.

<sup>2</sup> Imagens da praça central, da igreja, e da rua a qual me refiro estão disponibilizadas a partir dos 2:42 minutos nesse vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sI9Qo6GPxQo>. No mais, a cidade de Cubati, município localizado na região do Seridó Oriental da Paraíba, de acordo com o IBGE, em 2016 tinha uma população estimada em 7.234 habitantes, e uma área territorial de 137,2 km<sup>2</sup>.

produtivo sem o medo de encarar a fome e a preocupação com o outro dia, esse texto busca desnaturalizar historicamente desigualdades sociais que denunciam que nem toda criança, tem uma infância no sentido romântico do termo. Para tanto, iremos realizar, de forma muito epidérmica, uma análise comparativa entre formas de governo do século XXI no Brasil.

Nesse sentido, talvez nunca tenhamos sido humanos o suficiente para além de estranhar dadas situações, e falar sobre elas, modificar nossas rotinas em busca da redefinição coletiva dessas situações. Assim, negociando, mas não ficando presa ao campo da episteme, desejo que esse texto, ao seu final consiga transmitir uma mensagem, em que a necessidade da ação, diante de cenários governamentais (que passam) e estatais (que ficam), sejam vistas como instâncias que não devem ser encaradas como entidades distantes, mas parte das nossas próprias ações diárias e ordinárias (CERTEAU, 2007). Logo, somos extremamente responsáveis pelas formas de representação e inação do estado<sup>3</sup>, em toda sua forma de aparelhamento.

Entretanto, diante da fragilidade dos laços humanos dessa sociedade líquida e ambivalente (BAUMAM, 1999, 2004), parece que a apatia e, o individualismo, têm norteado ações e relações. Como sugere Hunt (2009, p. 212) em uma história sobre “a invenção dos direitos humanos”, a sábia ironia na leitura de Adam Smith está na sensibilidade de perceber “a reação de um ‘homem humanitário na Europa’ ao ficar sabendo de um terremoto que mata centenas de milhões de pessoas. Ele dirá todas as coisas adequadas, prediz Smith, e continuará com as suas atividades como se nada tivesse acontecido”. É a contrapelo dessa banalização e apatia que escrevo esse texto.

## **2 Entre um golpe e outro, suas misérias**

A História conta hoje com a articulação de inúmeras fontes de leitura do mundo. Basta ver os efeitos de verdade que circulam via internet em mídias sociais, que em uma velocidade incapturável tem elegido pautas sociais, muitas delas sob bases falsas de informações, as chamadas Fake News. São informações capazes de redefinir cenários, eleger, ou destituir governos. Os processos que se somaram pós eleições de 2014, quando do início do Golpe que

---

<sup>3</sup> Concorro com Coutinho (1999) ao colocar que, “ao contrário de uma concepção de Estado restrita à sociedade política (aparelho coercitivo), compreendemos aqui o Estado em sentido amplo, como resultado da correlação de forças entre sociedade política e sociedade civil, esta formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias (incluindo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura - revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa etc.)”.

culmina na retirada da presidente eleita Dilma Rousseff em 2016, alimentam versões negativas de ciclos de corrupção e responsabilização pelas misérias econômicas que assolaram o Brasil, durante a permanência do Partido dos trabalhadores (PT) no poder, a partir de janeiro de 2003, quando da entrada do presidente Lula na presidência (2003-2010). Por mais que, as pesquisas em áreas como Economia, Sociologia, História, Antropologia, e a própria Comunicação Social apontem como inverso, tais *tempos de euforia*. Vejamos:

O contingente de desempregados no Brasil praticamente dobrou desde o início de 2014 até outubro deste ano, de 6,2 milhões para 12 milhões de pessoas [...].

[...] De acordo com dados da Pnad Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas sem ocupação caiu de forma constante até ficar em 6,052 milhões em dezembro de 2013. Foi naquele período que a taxa de desemprego se situou em 6,2%, a menor da série da Pnad, iniciada em 2012 [...].

[...] Em 2015, o número de desempregados aumentou, começando em 6,76 milhões e terminando em 9,1 milhões, o que levou o nível de desocupação a 9% ao fim do ano [...].

[...] O desemprego bate recorde em 2016, atingindo 12,042 milhões de pessoas no trimestre encerrado em outubro, com taxa de 11,8%. O número é 32,7% maior que em igual período do ano passado - o que significa quase 3 milhões de cidadãos a mais à procura de um emprego em apenas um ano<sup>4</sup>.

Ao explorar dados sobre desemprego, apenas um dos vetores contribuintes da crise econômica que vivemos, que tem se potencializado com o início do golpe político pós eleições 2014, culminando com a destituição de Dilma em 2016, processo no qual uma série de tabloides, blogs, jornais televisionados, revistas, e redes sociais colaboraram com a construção de estereótipos de demonização partidária, e construção de ódios unilaterais, sob efeitos de ordens de discursos (FOUCAULT, 1996) capazes de materializar e produzir o que a linguagem veiculava. Assim, cartografando tais processos, chegamos a consequências internas e externas que vêm alterando negativamente a paisagem brasileira dos últimos anos,

---

<sup>4</sup> Trechos referente a dados da reportagem de Ana Conceição, e Robson Sales, no Valor Econômico de 29-11-2016, a partir de dados do IBGE. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/11/29/numero-de-desempregados-dobra-desde-o-inicio-de-2014-aponta-ibge.ghtml> ou as ferramentas oferecidas na página. Última visualização dia 29-10-2019.

com a ampliação da desigualdade social, o retorno de atividades de risco mais degradantes, envolvendo inclusive crianças, na luta pela sobrevivência.

No primeiro semestre de 2019, “segundo pesquisa do estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), o índice que mede a desigualdade vem subindo consecutivamente desde 2015, e atingiu em março o maior patamar desde o começo da série histórica, em 2012”. *Estamos* vivendo o maior pico de distanciamento entre os poucos ricos e muitos pobres. Para além dessa pobreza econômica, uma série histórica vai se apresentando em diferentes formas de oportunidades e não acessos, provocando a seguinte questão: “do golpe de 2016 ao governo Bolsonaro, o que resta aos pobres brasileiros?”.

Entre os efeitos do golpe político, está o golpe social que faz o Brasil vê-se tomado por “novos pobres”, que engrossam as ruas e se submetem aos mais diversos tipos de trabalho. A receita do desemprego associada a ausência de incentivos a políticas públicas atuantes, causa efeitos ainda mais desastrosos. Por isso o cuidado com fenômenos meramente estatísticos quando temas são político-sociais, é uma escolha ao mesmo tempo teórica e política. Posto que é possível a luz do dia e na rotina de ir à padaria, passar numa praça, ou em um sinal de trânsito ver crianças a esmolar, ou catar materiais recicláveis, em horário que deveriam inclusive estar na escola.

Quem diz isso é o próprio estado brasileiro na forma da lei. Algo que não é novo, desde 1971, a lei 5692/71 já incorporava a premissa de ingresso obrigatório na escola, com o artigo 20 que dizia que o Ensino de Primeiro Grau, dos 7 aos 14 anos era obrigatório. Com a Lei nº 12.796, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, houve um ajuste na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir de 4 anos de idade, se estendendo até os 17 anos<sup>5</sup>. Logo, vemos em cenas aparentemente banais, a distância entre o Brasil legal e o Brasil real. É nesse entremeio que a história atua, dialogando com as finalidades de cada época e contexto. O que a “escola para todos” projeta no imaginário infantil e sobre a imagem de infância? É um espaço de tensões e desigualdades, frustrações e conduções diversas entre estado e mercado. Há dias de hoje, mais mercado que estado.

Ao se buscar fazer uma leitura contemporânea da conjuntura internacional a partir do que propõe Zizek (2012) pegando o crescimento explosivo das divisões e explosões sociais (um dos quatro cavaleiros do apocalipse), quando o autor faz uma análise dos invisíveis que

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/18563-criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade>

trabalham arduamente em regiões de forte extração de petróleo na Arábia por exemplo, ou Baumam quando fala em “vidas desperdiçadas” de milhares de sujeitos que engrossam filas de desempregados que não chegarão se quer a ter seus currículos lidos, nos questionamos que tipo de inclusão excluída é o lixão e seus transeuntes das paisagens urbanas contemporâneas? Como na década de 1990 mencionada no início desse texto, temos assistido a um crescimento vertiginoso da miséria, o número de catadores de recicláveis nas ruas nos dias de coleta tem gerado disputas por território, em diferentes horários família inteiras caçam nas calçadas o que vender no peso nos galpões antes que o carro do lixo leve. A que se deve esse aumento de pessoas em estado de vulnerabilidade no Brasil?

São sujeitos que estão habitando as cidades, são parte do mapa e dos gráficos, mas não fazem parte da cidade enquanto espaço de governança. Enquanto de potenciais consumidores, por isso estão sem estar ali, passando a invisibilidade. As famílias do lixo passam para lá e para cá, com suas crias e por vezes animais de estimação. É dia, são crianças acompanhando os seus, em *horário de escola*. Em um cenário e momento em que cortes de verbas assustadores acometem a educação, saúde, habitação, e previdência pública no país, mas esse movimento tem interesse de passar a surdina. Estaremos vivenciando o que Zizek (2012), a partir da psicóloga Elisabeth Kübler-Ross esquematizou como estágios progressivos do luto, no qual passamos pela negação, raiva, barganha, depressão e chegamos à aceitação? Pela passividade e inação que nos cerca, parece que sim. Espero que não.

Posto que, infelizmente, as populações mais vulneráveis estão na ponta da corda que começa a roer em tempos de crises como a que estamos vivendo recentemente, crises no plural por ser um momento de intersecção de tempos difíceis no cenário político, econômico e cultural. Como num conjunto de dominós enfileirados, os que estão na ponta – nesse caso os mais pobres – recebem o peso maior das medidas recessivas tomadas a título de exemplo pelo atual governo e os dois anos em que Michel Temer se fez presidente. Ao trazerem uma lógica de simplificação do social baseada em “cortes estratégicos” em programas sociais, inclusive de distribuição de renda e os que oportunizam acesso de melhorias sociais nas camadas mais desfavorecidas do Brasil.

Estamos vivendo um efeito bumerangue às avessas, pelo qual se lançou um conjunto de medidas gradativas, crescentes e direcionadas a população de baixa renda no Brasil que vinha provocando mudanças nos números de acesso, inclusive de escolarização e melhorias trabalhistas durante os mandatos dos governos PT, medidas numéricas, mas também, visíveis socialmente de forma qualitativa, especialmente a partir de programas como FIES, PROUNE,

SISTEMAS DE COTAS, e BOLSA FAMÍLIA<sup>6</sup>, e tantos outros que de forma (in)direta atingem as camadas sociais economicamente desfavorecidas a acessos, que vão dos processos de escolarização, a dignidade de estabelecer uma dieta diária que atenda minimamente as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS)<sup>7</sup>.

E estamos recebendo esse bumerangue de volta, em efeito inverso, a partir do qual esses programas sociais passaram a ser intitulados *gastos públicos*, se mostrando necessário a diminuição ou até extinção de alguns pela *ordem e progresso*. Nesse sentido, parece existir um quadro incomodo as classes médias e altas do Brasil, boa parte dessas inseridas na política ou em cenários políticos, que tem visto na ascensão de determinados grupos uma afronta ao estado de embriaguez que os distinguiu, na produção, consumo e propaganda. Da viagem a Gramado ao uso dos aeroportos, essa popularização vinha incomodando, balançando a mesa, derrubando o dominó. Não à toa, as recentes medidas que tem modificado regras em espaços como esses, vão do assustador aumento no preço das passagens a compra do assento que desejar escolher no avião. E mais;

O Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), divulgado hoje (16) em Roma. A FAO considerou dois períodos distintos para analisar a subalimentação no mundo: de 2002 a 2013 e de 1990 a 2014. Segundo os dados analisados, entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. A organização aponta também que, entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7% [...] O relatório mostra que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu no Brasil nível menor que 5%, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome<sup>8</sup>.

Recentemente, e de forma oposta, saiu a seguinte matéria na câmara;

Agora, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) o Brasil está voltando ao Mapa da

---

<sup>6</sup> Pensando nos direitos da criança, Di Giovane monta o livro “aspectos qualitativos do trabalho infantil, no qual usa de diferentes fontes, inclusive fotográficas, para representar as várias infâncias que passam pelo crivo étnico e de gênero. É um livro que busca avaliar os primeiros cinco meses do Programa Bolsa Família, e para tanto, passa pelo Peti, Bolsa Escola e Fundef, enquanto conjunto de ações institucionalizadas que terminam por causar efeitos na leitura social sobre os significados de ser criança, como digna da brincadeira e cidadania, não como sujeito do campo de trabalho. Para mais ver: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/--ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_233581.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/--ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233581.pdf) )

<sup>7</sup> O valor de calorias a ser consumido diariamente, recomendado pela Organização Mundial de Saúde, é referente a 2.500 kcal, o que varia de indivíduo e organismo. Para mais ver: <https://brasilecola.uol.com.br/saude/calorias.htm>

<sup>8</sup> Matéria publicada no site da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, dia 16-09-2014. Disponível via: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Última visualização dia 07-11-2019.

Fome. Um caminho contrário ao anterior. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE, entre 2016 e 2017, a pobreza da população passou de 25,7% para 26,5%. Já os extremamente pobres, que vivem com menos de R\$ 140 mensais, pela definição do Banco Mundial, saltaram de 6,6%, em 2016, para 7,4%, em 2017<sup>9</sup>.

Infelizmente, mesmo sendo autoexplicativas tais matérias, enquanto historiadora envolvida com o cenário social, persisto na concepção que a fome no Brasil é um problema político e sócio-cultural, que pelas ações e inações dizem projetos de governo e desassistências do Estado. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), quando criado e extinto no governo Itamar Franco (1993-1994), só veio a ser recriado em 2003, no primeiro ano de mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que passou a trabalhar em projetos que desenvolvessem uma lei orgânica para a segurança alimentar no Brasil. O que ocorre em 2006 com a Lei Nº 11.346, de 15 de setembro. Pela qual se cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. No mais, de forma triste e irônica um órgão que deu movimento envolvendo estados, municípios e ministérios, algo que deu certo e retirou o Brasil do mapa da fome até 2014, foi fechado em 1º de janeiro de 2019.

Diante de leituras governamentais tão divergentes, tanto ao olhar que lança, como ao que se faz, ou deixa de fazer, o fato da ONU com base em dados recentes manter-se preocupada com o retorno da fome no Brasil, não trata de hipóteses, mas de análises sociais no chão duro das realidades de um país que cresce pelo quarto ano seguido seus índices de desigualdade. Logo, somando a equação, aumento da desigualdade, e diminuição de políticas públicas de atuação em áreas vulneráveis por onde a fome habita, voltamos infelizmente há tempos de *uma esmolinha pelo amor de Deus*.

### 3 Considerações Finais

Em um país tão rico quanto desigual como o Brasil, faz-se necessário o entendimento de que a igualdade não é conceito filosófico, é atividade de vida, potência de sentidos, conjunto de emoções que me permite ver no outro suas individualidades e respeitá-lo para além do que difere de mim. Por isso, como sugeriu Bueno (1995) ao ler Noblit em uma pesquisa etnográfica, em que se envolveu de forma apaixonada na pesquisa, a ponto de ter se atingido pelo contexto, chamando sua escrita de estilo auto confessional, me sinto tentada a

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/o-curto-caminho-de-volta-ao-mapa-da-fome>. Último acesso dia 07-11-2019.

dizer que cenas de uma esmolinha pelo amor de Deus de ontem, que por algum tempo pareceram deixar de existir, chamam minha atenção com a mesma indignação. A diferença é que hoje consigo categorizar e analisar de forma histórica e antinatural, ao mesmo tempo, auto confessional.

Nesse texto, busquei dizer que o ato de se alimentar como parte dos direitos humanos, acompanha a inaplicabilidade da universalidade que está na essência da própria emergência desses direitos. No século XVIII se falou em nome de todos, mesmo quando categorias como mulheres, diferente das crianças e dos sem propriedades, que poderiam crescer ou adquirir terras, não chegaria ao direito pois eram incapazes e dependentes de seus pais ou marido, de obter autonomia moral. Hoje, de formas diferentes as distâncias entre brasis reais e legais estão a amostra. É só dar-se a ver.

Quando Jonh Adams em carta endereçada a James Sullivan dizia: “isso não terminará nunca”, referindo-se aos direitos que seriam reivindicados por todos aqueles que não se sentissem atendidos, apenas demonstrava haver medo naqueles que “tinham o que perder, ou dividir” com as novas mudanças legais. O interessante desse texto fazer essa referência à França do século XVIII, é a sensação de que o desejo de negação de direitos dos “muitos” aqui no Brasil do século XXI parece emanar as mesmas angústias nas classes mais abastadas. “Perder”, ou “dividir” com a maioria, o que sempre foi “natural” da minoria economicamente favorecida, como acesso ao ensino superior, formação em profissões de status social elevados, acesso a empregos de melhor remuneração, condições de acesso a viagens e práticas de turismo em áreas nobres e famosas, chegando ao direito de se alimentar de forma digna e satisfatória.

Sendo assim, conluo que é preciso antes de mais nada indignar-se ao ouvir o retorno da frase *me dê uma esmolinha pelo amor de Deus*. Em um segundo momento, é necessário nos encararmos parte responsável de cenas como essas, posto que, em boa medida, ela é a ação ou inação do estado a partir dos governantes que elegemos. No mais, comungo com o pensamento de HUNT (2009, p.215), quando diz que:

Na outra ponta da luta pelos direitos humanos, quando a crença neles se torna mais difundida, temos de enfrentar o mundo que foi forjado por esse esforço. Temos de imaginar o que fazer com os torturadores e os assassinos, como prevenir o seu surgimento no futuro sem deixar de reconhecer, o tempo todo, que eles são nós. Não podemos nem tolerá-los nem desumanizá-los.



#### 4 Referências Bibliográficas

BAUMAM, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e Ambivalência* / \_\_\_\_; tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano : 1. Artes de fazer*/ Michel de Certeau ; 13.ed Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

DI GIOVANNI, Geraldo. Aspectos qualitativos do trabalho infantil no Brasil/\_\_\_\_. – Brasília: OIT, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos, uma história*/Lynn Hunt, tradução Rosaura Eichenberg. – SP Companhia das letras, 2009.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*/ tradução: Alain François [ET AL.]. – Campinas, SP: Editora da Unincamp, 2007.

ZIZEK, SLAVOJ. “Introdução” e “Barganha: o retorno da crítica da economia política”, in: \_\_\_\_\_. *Vivendo no fim dos tempos*, São Paulo: Boitempo, 2012.